

O PROGRESSO DO ATRASO

Luiz Roberto Alves
Professor de português na
rede estadual de ensino
há dez anos. Estudante de
Pós-Graduação em Teoria
Literária e Literatura
Comparada. Mestre em Le
tras pela Universidade de
São Paulo.

Tomo em mãos dois livros didáticos de português, mesmo autor, mesma série escolar. Um, na edição de 1956; o outro, de 1960. No primeiro, os temas sugeridos para análise e redação - com base em excerto de Olavo Bilac denominado Patriotismo - são: O verdadeiro patriotismo, Como posso trabalhar por minha terra, As tradições brasileiras. Já na edição de 1960 lê-se, na mesma unidade de texto: O verdadeiro patriotismo, As tradições brasileiras e A indústria de automóveis no Brasil. O processo de desenvolvimento do quinquênio 55-60, incluída a instalação da multinacional do automóvel, engendra o respaldo nacionalista ao nível do texto escolar, especialmente quando se vê que na edição de 56 o trecho de Bilac vem à página 45, enquanto na nova edição ele simplesmente abre o livro. E a associação de patriotismo com indústria de automóvel não é fortuita. Há algo de novo sob o sol.

O livro didático não é neutro, quer na forma, quer no conteúdo. O seu repertório responde à posição político-educacional do autor, do editor e, geralmente, dos órgãos oficiais de educação. Tal posição preside as escolhas e os cortes da matéria-prima à disposição no contexto da cultura. Ao estimular a reflexão do educando no rumo de uma nova política de desenvolvimento, pelo sim ou pelo não o livro marca uma posição ideológica.

A análise detida dos livros didáticos, especialmente na seqüência das suas edições e em confluência com a evolução da política educacional dos governos, revelará o porquê e o como dos atos oficiais no campo da educação e da pedagogia. O livro didático é, como um dos postos avançados da política de educação, aquela espécie de sinédoque do poder governamental, refletindo e aprofundando, ao nível da escola, a direção maior dos negócios da nação. Os detalhes sugerem o todo.

Acompanhemos outros textos e outros fatos do livro analisado: Português para o Ginásio, de José Cretella Júnior, edições trigésima segunda e quadragésima sexta, terceira e quarta séries (atuais sétima e oitava), Companhia Editora Nacional. O interesse dirige-se menos ao quadro ideológico dos excertos apresentados, na maior parte incapazes de suportar uma crítica séria, e mais ao modo de realização de ambas as edições e certos sintomas do estudo dos textos.

Há, entre uma e outra edição, nítidas diferenças. O aspecto gráfico melhora bastante, com novos tipos e ilustrações, estas inexistentes na edição anterior, embora encontradas noutros livros anteriores de autores diversos. Mais importante, porém, é a dependência maior do autor às normas pedagógicas. Além de afirmar-se rigorosamente dentro da nova Nomenclatura Gramatical Brasileira (portaria de 28 de janeiro de 1959) o autor aduz em quadro de folha inicial que o livro tem o seu uso autorizado pelo MEC, sob registro na Comissão Nacional do Livro Didático, dados inexistentes na edição de 1956. Em seguida, publica integralmente os programas de ensino e as receitas pedagógicas, ao contrário do "programa mínimo" de antes (sabendo-se que o programa ampliado era de 1952) e suas instruções metodológicas sumárias. Em 1960, o controle sobre o livro é muito maior, parecendo sair a obra da informalidade e particularidade do seu proprietário, o autor, para uma co-autoria e co-edição onde a instituição oficial joga lance

decisivo. Como exemplo da nova obediência, note-se que os programas indicavam a "leitura e interpretação de textos de prosadores e poetas brasileiros e portugueses dos dois últimos séculos", mas a edição de 56 inclui decassílabos de Sá de Miranda e Luís de Camões, seguidos de longas biografias, especialmente do último, o que se evapora em 1960, reduzindo-se a leves citações no item versificação, ausentes as biografias.

Todavia, o ritual de adaptação da obra aos ditames oficiais parece pegar o autor desprevenido e ele, em vez de copiar as instruções metodológicas de 1952 correspondentes às terceiras e quartas séries ginasiais, mistura instruções de primeira e segunda séries; e mais, não as segue com rigor, deixando entrever a ocorrência de uma transformação brusca a que os procedimentos individuais não podem adaptar-se, ao menos na prática... Quanto a isso, não se trata de erro gráfico, pois no final de um soneto de Manuel Bandeira: A Aranha, lê-se: "Interpretação sintética: reprodução resumida e oral de assuntos lidos em aula", informação idêntica à encontrada nas Instruções. No entanto, abaixo do texto, sem mais orientação anterior ou posterior, ela constitui não mais que uma idéia fora do lugar, ou uma tentativa canhestra de sugerir a professores e alunos a descoberta do tema sem a análise.

Outro detalhe de ordem didática é a caminhada para a leveza dos exercícios gramaticais - já não bons em 1956 - e das citações de gramáticos e dicionaristas para contexto das explicações. Embora muito mais exigente que os autores de livro didático de nossa década, Cretella Júnior diminui as citações de estudiosos da matéria e já não propõe a discussão gramatical, fazendo coro com o projeto do completar, que alia-se ao preceito pedagógico de evitar ao aluno a memorização, participando juntos, de algum modo, do apagamento de nossa memória cultural e do desinteresse pela citação bibliográfica. Hoje, estamos às voltas com os alunos para que ao menos indiquem

de onde veio a cópia ou a compilação, bem como às voltas com os professores - em qualquer nível - que proclamam arte e ciência sem indicar as fontes da sua leitura. No caso específico da gramática, ela passou a aprezer um mito sem marcas de história.

No estudo desses nossos livros didáticos, o volume considerável de sinais que eles nos apresentam, em dado momento nos levam a um campo fronteira que aquele para o qual nos abriu Osman Lins em Problemas Inculturais Brasileiros. Deixando a discussão do aproveitamento deste ou daquele escritor pela razão ideológica x ou y, a notação pedagógica dessas obras levanta problemas: seriam elas mais uma causa da queda de nível no ensino escolar ou, antes de tudo, um tenso e dilemático ponto de encontro da babel pedagógica, da avidez editorial, da censura e das exigências de engajamento da consciência popular nos projetos oficiais? A produção e a reprodução incessantes e desconstruídas, sepultando parte da sedimentação cultural, também não se juntariam às causas do ceticismo sobre o ato de conhecer e julgar?

Enfim - e no começo da caminhada - a edição de 1960 do livro de Cretella Júnior demonstra uma tendência a fechar aberturas para o encontro com a cultura do professor e do aluno, para as relações intertextuais de que se fala hoje. Em 1956, ele não vê necessidade de explicar o que seja Uncle Remus (a partir de um excerto de Artur Ramos sobre o folclore negro). Parece crer mais na competência e na busca dos co-agentes do processo cultural de que faz parte. Na edição mais recente, chega a explicitar que a pronúncia de Uncle Remus é ânkel rimus, bem como pre-ocupa-se em delimitar melhor os títulos das composições, ficando fora a questão de se as propostas tomam ou não parte na experiência dos educandos.

A breve coleta de fatos permite entrever a melancólica caminhada dos virtuais sujeitos do processo educativo: professor-aluno.

Nessa direção, a alienação dista um passo e a reificação, um minuto.